



**CONTRATO N.º ...../2022**

**PAD Nº 015648/2021**

## **Minuta do Contrato**

### **Anexo IV**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇO, que entre si fazem o  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL  
DO PARANÁ e a empresa**  
.....

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 10.520/02, pela Lei Complementar nº 123/06, pelos Decretos nº 10.024/19 e nº 8.538/15, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666, de 21.06.93 e em conformidade com, edital de licitação do Pregão Eletrônico n.º ...../2022, regularmente autorizada pelo ordenador da despesa, **PAD n.º 015648/2021**, e a proposta vencedora, de um lado o:

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**, com sede na Rua João Parolin, nº 224, Prado Velho, Curitiba/PR, inscrito no CNPJ sob n.º 03.985.113/0001-81, neste ato representado por seu Diretor Geral, Dr. Valcir Mombach, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa:

....., inscrita no CNPJ sob n.º ....., com sede em ....., situada na Rua ....., e-mail: ....@....., telefone(s)....., neste ato representada pelo(a) Sr(a). ....., CPF n.º xxx.....xx, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e acertado mediante as seguintes condições:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

**1.1** - Contratação de empresa especializada para fornecimento de solução para registro de frequência dos servidores do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, na modalidade *software* como serviço (SAAS).

**1.2** - A Contratação obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições descritas no edital de Licitação, no Termo de Referência - Anexo I e demais anexos, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste instrumento.

**1.3** - De acordo com o art. 55 da Lei nº 8.666/93, a prestação dos serviços, objeto deste contrato, será realizada por preço unitário.

## **CLÁUSULA SEGUNDA: DA DISCRIMINAÇÃO DO OBJETO, RECEBIMENTO E GARANTIA DO SUPORTE**

**2.1** - O detalhamento da solução, objeto deste contrato, assim como seu recebimento e garantia, estão discriminados no Termo de Referência – Anexo I.

**2.2 - Local de Entrega:** Seção de Administração de Sistemas, localizada no TRE/PR, Rua João Parolin, nº 224, Prado Velho, Curitiba/PR, CEP: 80.220-902, telefone: (41) 3330-8481. E-mail sas@tre-pr.jus.br

## **CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA E DA LEI GERAL DA PROTEÇÃO DE DADOS- LGPD**

**3.1** - As obrigações e responsabilidades da contratada e as exigências da Lei nº 13.709/2018 - LGPD estão discriminadas no Termo de Referência - Anexo I.

**3.2** - Manter, durante toda a execução dos serviços, as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## **CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA**

**4.1** - O presente contrato vigorará pelo período **de 24 (vinte e quatro) meses**, a partir da data da assinatura, podendo ser rescindido ou prorrogado nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei nº 8666/93.

**4.2** - Os prazos de entrega dos serviços estão discriminados no Termo de Referência – Anexo I.

## **CLÁUSULA QUINTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA**

**5.1** - A despesa com o presente instrumento correrá à conta do Programa de Trabalho 02122003320GP0041,  
Elemento de despesa: 33.90.40.19,  
Nota de Empenho ....., de .../.../...,  
Categoria econômica: custeio.  
Códigos SIASG: 26077

## CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

**6.1** - O valor estimado total a ser pago à CONTRATADA, pelo cumprimento do objeto deste contrato será de **R\$ .....** (.....), conforme item a seguir especificado:

### 6.1.1 -

Descrição	Qtde. estimada mensal	Unidad e De Medida	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Total estimado 24 meses
Taxa de utilização <b>mensal</b> por servidor para uso da ferramenta	1100	Licença por usuário	R\$	R\$	R\$
<b>Taxa única</b> de implantação de sistema <b>(se houver)</b> <i><u>Adequar conforme a proposta vencedora</u></i>	1	-	-	-	
Valor total:					

**6.2** - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**6.3** - Os pagamentos referentes à solução contratada serão efetuados **mensalmente** de acordo com a quantidade de usuários ativos no mês.

**6.3.1** - O pagamento do serviço de implantação (instalação, cadastramento de usuários, etc.), **se houver**, será em parcela única, no 1º (primeiro) dia útil, após o 30º (trigésimo) dia corrido da data do recebimento definitivo do Serviço de implantação, com a devida emissão de documento fiscal e encaminhamento ao fiscal/gestor, condicionado à emissão do relatório de conclusão do serviço pela CONTRATADA.

***(Adequar, conforme proposta vencedora, ou seja, somente se houver a taxa única de instalação)***

### 6.4 - Do documento fiscal:

**6.4.1** - O documento fiscal deverá atender aos requisitos abaixo, podendo ser emitido na forma eletrônica – Nota Fiscal Eletrônica, nos termos da legislação vigente, devendo ser encaminhado ao fiscal do contrato do TRE/PR para o e-mail [sdcf@tre-pr.jus.br](mailto:sdcf@tre-pr.jus.br), [sas@tre-pr.jus.br](mailto:sas@tre-pr.jus.br) em formato PDF, ou emitido na forma física, devendo ser encaminhado à Seção de Protocolo, aos cuidados da Seção de Diárias e Controle de Frequência, no endereço do TRE-PR, rua João Parolin, nº 224, 1º andar, Prado Velho, Curitiba-PR.

**6.4.2** - O CNPJ da empresa habilitada na licitação deverá ser o mesmo para o efeito de emissão das notas fiscais e posteriores pagamentos. Mas, se a Nota Fiscal apresentada se referir a Filial, ambos os CNPJs, tanto da matriz quanto da filial respectiva, deverão estar com a documentação fiscal regular.

**6.4.3** - Especificações necessárias às notas fiscais, as quais são requisitos indispensáveis

para que o gestor possa atestá-las e encaminhá-las para pagamento:

- a. CNPJ da Contratada;
- b. Data de emissão da nota fiscal;
- c. CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- d. Descritivo do tipo de serviço prestado e valor total;
- e. Mês de referência do serviço
- f. Número do contrato e,
- g. Banco, agência e número da conta corrente, com dígito verificador (obrigatoriamente da própria contratada).

**6.5 - Documentos que deverão ser apresentados pela Contratada ao gestor para o respectivo atestado e autorização para o pagamento:**

**6.5.1** - Para o respectivo atestado e autorização para o pagamento, a contratada deverá apresentar ao gestor da contratação, a documentação regularizada, comprovando regularidade para com a Fazenda Federal, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, Justiça do Trabalho, nos termos do art. 29 da Lei nº 8.666/93.

**6.5.2** - Prazo para apresentação da Nota Fiscal pela contratada: até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte a prestação dos serviços.

**6.5.3** - O pagamento somente ocorrerá depois de atestado pelo gestor do contrato designado para esta finalidade. O atestado será realizado, obedecendo o prazo e formulário específico, conforme dispositivos legais deste TRE/PR.

**6.5.4** - O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da contratada no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:

**6.5.5** - Prazo para atestado da Nota Fiscal: até 05 (cinco) dias úteis a partir do aceite da nota fiscal pelos gestores deste TRE/PR.

**6.5.6** - Prazo para pagamento da Nota Fiscal: até 20 (vinte) dias corridos após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor **ou** até 5(cinco) dias úteis, se o valor da fatura for até 17.600,00, conforme artigo 5º § 3º da Lei nº 8.666/93.

**6.5.7** - A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido será devolvida, e nesse caso, o prazo previsto no item acima será interrompido e somente será reiniciada a contagem a partir da respectiva regularização.

**6.5.8** - O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste Contrato e/ou anexo(s).

**6.6 - Da correção monetária:** na eventual ocorrência de atraso de pagamento e, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, os encargos moratórios são devidos pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal da contratada, que será calculado por meio da aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$  (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

#### **6.7 - Da regularidade fiscal:**

**6.7.1** - Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

**6.7.2** - A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

**6.7.3** - Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste edital e/ou anexo(s).

**6.7.4** - A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

- a. mediante consulta no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores-SICAF
- b. por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;
- c. por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

**6.7.5** - O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

**6.7.6** - O pagamento a ser efetuado em favor da CONTRATADA estará sujeito à retenção na fonte, de tributos e contribuições sociais, de acordo com os normativos legais que incidirem sobre o objeto.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA: DO REAJUSTAMENTO**

**7.1** - Os valores poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, contados da apresentação da proposta, segundo a variação do Índice de Custos de Tecnologia da Informação (ICTI), previsto na Portaria nº 6.432, de 11 de julho de 2018 de cada período específico, ou, na falta deste, com base na variação de outro índice oficial do governo.

**7.2** - A concessão do reajuste dar-se-á retroativamente à data do termo final do interregno de 12 (doze) meses da data da proposta (data da abertura da Licitação), após devidamente analisado pelo CONTRATANTE.

**7.3** – A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro, através de documentação que evidencie a majoração dos custos de fornecimento e/ou fabricação, avaliados face às planilhas de composição de preços pertinentes, e após ampla pesquisa de mercado.

**7.4** – A revisão, se deferida, ocorrerá a partir da data do protocolo do pedido.

#### **CLÁUSULA OITAVA: DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO**

**8.1** - A fiscalização e a gestão serão realizadas por servidores devidamente designados pela

Administração, em consonância com o artigo 67, parágrafos 1.º e 2.º: da Lei nº 8.666/93.

**8.2** - O acompanhamento e a fiscalização da execução deste contrato consistem na verificação, pelo CONTRATANTE, da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste.

**8.3** - A existência desse acompanhamento não exime a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer da execução contratual.

**8.4** - Nos termos da Lei nº 8.666/93, art. 67, parágrafos 1.º e 2.º, caberá ao fiscal da contratação:

**8.4.1** - Acompanhar os serviços de acordo com as cláusulas descritas neste Contrato e no Termo de Referência - Anexo I, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, bem como efetuar o recebimento provisório, firmando o Termo de Recebimento Provisório.

**8.4.2** - Receber a nota fiscal referente aos serviços contratados conforme este Contrato, bem como a documentação adicional pertinente, encaminhando os documentos, via PAD respectivo, ao gestor da contratação.

**8.4.3** - Oficiar à CONTRATADA, por e-mail, a necessidade de solucionar problemas, defeitos ou irregularidades encontrados na prestação dos serviços e fixar prazo para cumprimento.

**8.4.4** - Persistindo as irregularidades, comunicar o gestor da necessidade de abertura de processo administrativo.

**8.5** - Caberá ao gestor da contratação:

**8.5.1** - Analisar a documentação recebida e efetuar o atestado de recebimento definitivo do objeto.

**8.5.2** - Oficiar a prestadora do serviço, a partir da comunicação do fiscal, fixando prazo para solução das irregularidades apontadas.

**8.5.3** - Solicitar abertura de processo administrativo, em persistindo as irregularidades, na modalidade eletrônica (PAD), encaminhado à Secretaria de Administração (SECAD), devidamente instruído com todas as informações pertinentes, em formulário específico, bem como anexar cópia do e-mail enviado pelo fiscal, com o respectivo comprovante de recebimento pela CONTRATADA.

**8.5.4** - Prestar orientações necessárias ao fiscal da contratação e relatar à autoridade superior eventuais falhas na fiscalização.

**8.5.5** - Realizar adequações ao objeto contratual, eventualmente necessárias.

## **CLÁUSULA NONA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**9.1** - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com aplicação das sanções, de acordo com o capítulo IV da Lei nº 8.666/93.

<b>Graduação</b>	<b>Motivo do descumprimento</b>	<b>Item do Termo de Referência – Anexo I</b>	<b>Sanção</b>
<b>Baixa</b>	Tempo de primeiro atendimento	2.14.1	Advertência
<b>Baixa</b>	Indisponibilidade da aplicação, após descumprimento	2.13.1	Advertência
<b>Média</b>	Indisponibilidade da aplicação, após tempo de indisponibilidade 150% maior que o acordado. Alto após tempo de indisponibilidade ser 200% maior que o acordado.	2.13.1	Multa
<b>Média</b>	Tempo de Atendimento, se descumprido	2.14.2	Multa
<b>Alta</b>	Tempo de Atendimento, após o prazo de atendimento ter sido ultrapassado em 150% do prazo inicial	2.14.2	Multa
<b>Alta</b>	Janelas de manutenção não avisadas dentro do prazo serão sancionadas como Indisponibilidade.	2.13.3	Multa
<b>Alta</b>	Suporte indisponível	2.14.3	Multa

**9.2 -** Com fundamento no acima disposto, bem como nos preceitos dos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, a CONTRATADA estará sujeita às seguintes sanções, sem prejuízo do desconto à fatura respectiva, em razão do descumprimento do Índice de Medição de Resultados:

a) ADVERTÊNCIA, para os casos de infrações de natureza BAIXA, por escrito à Contratada sobre o descumprimento de obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

b) MULTAS:

b.1) MULTA DE 10% (dez por cento) sobre o valor da fatura mensal total do contrato, pelos motivos de graduação MÉDIA:

b.3) MULTA DE 30% (trinta por centos) sobre o **valor da fatura mensal do contrato**, pelos motivos de graduação ALTA.

b.4) MULTA DE **7,0%** (sete por cento) sobre o valor total do contrato pela inadimplência reiterada no atendimento ao TRE para solução dos problemas detectados.

b.5) MULTA DE 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato pela não observância das normas relativas à Lei de Proteção de Dados Pessoais – Lei nº 13.709/2018, conforme Termo de Referência – Anexo I.

**9.3 -** Pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Contratada ficará sujeita às penalidades:

a) Multa compensatória no percentual de **15%** (quinze por cento) calculada sobre o valor do contrato;

**Impedimento de licitar e contratar com a União:** Será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, conforme previsto no art.7º da Lei nº 10.520/02, bem como o descredenciamento do Sicafe, ou dos sistemas de cadastramento de

fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme a gravidade do inadimplemento da obrigação e quando a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

**9.4 -** A Contratada autoriza desde já o desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura que vier a fazer jus;

**9.5 -** As multas imputadas à Contratada cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda<sup>1</sup> e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária;

## **CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**10.1 -** Ficará o presente contrato rescindido, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos casos elencados no art. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93.

**10.2 -** Será também causa de rescisão contratual a alocação de funcionários pela contratada para o desempenho dos serviços, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento de membros ou juízes vinculados a este Tribunal, contrariando o Artigo 3º, resolução n.º 09 de 06/12/05 do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS CASOS OMISSOS**

**11.1 -** Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/99, no Código de Defesa do Consumidor e demais normas e princípios gerais aplicáveis.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO FORO**

**12.1 -** Fica eleito o Foro de Curitiba-PR para dirimir as eventuais divergências oriundas do presente contrato.

**12.2 -** E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam o presente termo, em formato digital<sup>2</sup>, para um só efeito legal.

Curitiba, ...de ..... de 2022.

.....  
Representante Legal  
p/Contratada

**Dr. Valcir Mombach**  
Diretor - Geral - TRE/PR  
p/Contratante

<sup>1</sup> Portaria nº.75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 – artigo 1.º, inciso I.

<sup>2</sup> Excepcionalmente poderá ser aceita assinatura em outro formato.